

Câmara Municipal de Mariana/MG

**Concurso Público
Edital 01/2025**



Advogado

TARDE

PROVA TIPO 1 – BRANCA

CARGO: ADVOGADO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **04**.

8 de março: a força e os desafios das mulheres no mercado de trabalho

No Dia Internacional da Mulher, é essencial refletirmos sobre a força, a resiliência e a contribuição das mulheres em todos os setores da sociedade, especialmente no mercado de trabalho. Ao longo da história, as mulheres enfrentaram e superaram inúmeros desafios, buscando constantemente a igualdade de oportunidades e direitos. A trajetória das mulheres no mundo do trabalho é marcada por lutas incansáveis por reconhecimento, respeito e autonomia, e, mesmo diante de tantas adversidades, elas não perdem sua essência.

As mulheres que atuam no mercado de trabalho, não raro, enfrentam uma dupla ou até tripla jornada, sendo que a responsabilidade não se limita apenas ao desempenho profissional, mas também aos cuidados com a casa, apoio e atenção familiar e, muitas vezes, a dedicação à maternidade. Elas se dividem entre as funções que exigem empenho, tempo e abnegação. A carga de trabalho acumulada, somada ao peso das responsabilidades familiares, gera um desgaste físico e emocional que, infelizmente, ainda é invisível para grande parte da sociedade. No entanto, essas mulheres, com garra e perseverança, seguem firmes em sua jornada, sem perder sua essência e capacidade de transformação.

A legislação trabalhista tem sido uma aliada importante nessa luta pela equidade, proporcionando instrumentos legais que garantem a igualdade de direitos e a proteção das mulheres no mercado de trabalho. O avanço de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero, como a licença-maternidade, a ampliação do acesso a creches, a proteção contra a violência doméstica no ambiente de trabalho e a igualdade salarial, são alguns exemplos de melhorias significativas. Tais medidas têm possibilitado que as mulheres se envolvam cada vez mais nas esferas profissionais, sem que precisem renunciar a suas responsabilidades familiares.

Entretanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios a serem enfrentados, como a persistente desigualdade salarial, o preconceito e a sub-representação das mulheres em cargos de liderança. A busca por uma verdadeira igualdade de oportunidades e direitos no mercado de trabalho continua sendo uma tarefa inacabada.

Neste 8 de março, celebramos as conquistas das mulheres, mas também renovamos o compromisso de promover um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo, onde o talento, a competência e a dedicação das mulheres sejam reconhecidos e valorizados de forma plena. A luta pela igualdade não é apenas uma causa feminina, mas uma causa de toda a sociedade, pois só com a inclusão plena das mulheres no mercado de trabalho será possível construir um futuro mais justo, equilibrado e próspero para todos.

(Marília Meorim Ferreira de Lucca e Castro. Em: 08 de março de 2025.)

Questão 01

“Entretanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios a serem enfrentados, como a persistente desigualdade salarial, o preconceito e a sub-representação das mulheres em cargos de liderança. A busca por uma verdadeira igualdade de oportunidades e direitos no mercado de trabalho continua sendo uma tarefa inacabada.” (4º§). Assinale, a seguir, a afirmativa cuja estruturação está de acordo com a norma padrão da língua e cujo significado está de acordo com as informações e ideias expressas no parágrafo destacado.

- A) Mediante o cenário atual, as mulheres necessitam reconhecer que, daqui há dez anos, muito terá sido feito, mas a luta ainda estará inacabada.
- B) Por décadas foi comum vermos a desigualdade social instaurada, o que não mais é uma realidade, diante de avanços significativos vistos nos últimos anos.
- C) Os direitos no mercado de trabalho têm avançado quando o assunto é uma equiparação justa e salarial para homens e mulheres, em outros setores, a luta deve ser contínua.
- D) Dentre os desafios existentes estão questões econômicas e políticas que requerem a continuidade de um movimento de enfrentamento e combate a impedimentos por uma igualdade de oportunidades.

Questão 02

Em “A trajetória das mulheres no mundo do trabalho é marcada por lutas incansáveis por reconhecimento, respeito e autonomia, e, mesmo diante de tantas adversidades, [...]” (1º§), a escolha da voz verbal empregada no trecho destacado demonstra:

- A) Omissão intencional do agente da ação verbal.
- B) Destaque ao agente da ação verbal “mulheres”.
- C) Contexto enunciativo cuja intenção não é conferir destaque ao agente da ação verbal.
- D) Estreita relação com o discurso de igualdade ao destacar, sintaticamente, o complemento verbal “lutas incansáveis”.

Questão 03

Os termos destacados a seguir mantêm uma relação sintática, na oração, equivalente entre si quanto à função que desempenham em relação aos outros termos, com EXCEÇÃO de:

- A) “*Elas se dividem entre as funções que exigem empenho, tempo e abnegação.*” (2º§)
- B) “*As mulheres que atuam no mercado de trabalho, não raro, enfrentam uma dupla ou até tripla jornada, [...]*” (2º§)
- C) “*Ao longo da história, as mulheres enfrentaram e superaram inúmeros desafios, buscando constantemente a igualdade de oportunidades e direitos.*” (1º§)
- D) “*No Dia Internacional da Mulher, é essencial refletirmos sobre a força, a resiliência e a contribuição das mulheres em todos os setores da sociedade, especialmente no mercado de trabalho.*” (1º§)

Questão 04

Em “*As mulheres que atuam no mercado de trabalho, não raro, enfrentam uma dupla ou até tripla jornada, sendo que a responsabilidade não se limita apenas ao desempenho profissional, mas também aos cuidados com a casa, apoio e atenção familiar e, muitas vezes, a dedicação à maternidade.*”(2º§), a expressão “*mas também*”, com valor aditivo, foi empregada **INADEQUADAMENTE** em:

- A) Ela passava muitas horas vendo séries, mas também lia muitos livros.
- B) Apenas gostaria de fazer algumas colocações, mas também já está tarde.
- C) Sempre foi não só uma ótima professora, mas também uma grande amiga.
- D) Não apenas fizemos o projeto, mas também entregamos tudo antes do prazo.

Questão 05

Quanto à identificação do signatário das comunicações oficiais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Será informado nome da autoridade que as expede, sem negrito.
- II. Deverá ser informado cargo da autoridade que expede o documento.
- III. Não deverá haver assinatura, a não ser em página isolada do expediente.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Texto para responder às questões de 06 a 10.

O último homem do planeta terra

Acostumado a acordar todos os dias com um turbilhão de buzinas, vozes e motores esfaqueando seus ouvidos, neste dia, acordou incomodado com o silêncio. Um torpor imediato. A estranheza levando-o a examinar ao redor. Aquela sensação de em que buraco me enfiar, afinal? Mas não estava em nenhum lugar estranho, estranho lugar, lugar nenhum. Era o mesmo quarto fétido de vinte e poucas primaveras. A mesma bagunça, o mesmo cheiro ácido impregnando as paredes mofadas.

Inevitável. Saltou da cama e foi até a janela. Do lado de fora do apartamento, reinava o vazio. Silêncio absoluto. Era feriado? Devia ser, droga. Mas nem domingos, nem feriados costumavam ser absurdamente quietos assim. Havia sempre malucos correndo com seus fones de ouvido, carros passeando sem uma direção definida, bêbados cambaleantes tentando achar o caminho de volta para casa. E estaria realmente em casa?

Ligou o rádio. Odiava locutores com bom humor. As manhãs foram criadas para serem mal-humoradas. Mas neste dia, permitiria torturar-se com o “boooooom diiiiiia” irritante vindo junto com as ondas de rádio. Precisava descobrir o que estava acontecendo.

E que infernos estava acontecendo? A pergunta que lhe invadiu a cabeça quando, do rádio, só vieram chiados. Mudou de estação. Nada. FM. Nada. AM. Porcaria de chiado. Hertz e mega-hertz dos infernos. Deu um tapa no rádio. Teria preferido o monótono “bom dia” de uma voz grave qualquer.

Raiva deixava-o com fome. Resolução: encher a barriga. Pão seco. Leite azedo. Desistiu. Melhor tapear a fome com uma lata de cerveja. Comer qualquer porcaria no caminho para a faculdade.

Quando seus pés chegaram à rua, percebeu a intensidade da estranheza. Não havia uma pessoa sequer em lugar algum. Nem caminhando, nem rastejando. Entrave para a normalidade. Suave fatalidade. Seria um sonho? Evidentemente que não. Era o caos, tão somente isso. Ou mais do que isso. Como saber? Melhor caminhar.

E caminhou. Diante dos seus olhos, epítome da estranheza. Carros batidos. Recém-batidos. Era o que parecia. Alguns ainda fumegavam. Começou a ver pequenos incêndios.

A pior parte foram os objetos pessoais dos transeuntes. Objetos, bolsas, pastas, roupas – tudo espalhado pelo chão. Como se tivessem evaporado de uma hora para outra. Seres distraídos em suas vidas ocupadamente desocupadas, de repente, são fulminados por uma explosão laser colossal. Todos desaparecem. Todos. Exceto um estudante de filosofia. Filosofia barata que não lhe permitia entender nem a milésima parte do que estava acontecendo.

Por que ele sobrevivera? Por que ainda estava ali? Será que seu apartamento possuía alguma proteção, algum dispositivo anti-raio-laser-universal-fulminador-de-inteira-humanidade? Os animais deviam ter este dispositivo também. Foi o que concluiu ao ver cães e gatos, pássaros e ratos em seus passeios despreocupados, deliciando-se com os alimentos que sobraram, caídos intactos das mãos dos seres humanos antes que tivessem tempo de levá-los a boca.

Estava só. O último homem do planeta? Ou, melhor, o último moribundo do planeta.

No dia seguinte, a energia acabou. Já esperava por isso. Não havia qualquer pessoa operando qualquer porcaria em qualquer lugar do planeta. Nenhum qualquer em nada qualquer. Teve sorte em não ser esmagado por um avião desgovernado que poderia estar sobrevoando sua cabeça quando o piloto e co-piloto evaporaram. Sorte? Teria sido a melhor coisa a lhe acontecer. E por não ter acontecido, tremeu na escuridão, envolvido pelo denso anoitecer.

20 anos depois

A vegetação dominava as ruas. Prédios e casas tomados por trepadeiras. O musgo servindo de tapete fértil para a proliferação de plantas sobre ruas e calçadas. Concreto arrebetado. Carros enferrujados. E um bando de animais tomando a cidade. Lobos e cobras, ursos e gatos selvagens reinavam na selva de pedra.

E no meio do verde, outrora cinza, caminhava um encurvado estudante de filosofia. A barba crescida chegava ao peito. As roupas deterioradas pelo tempo se soltavam do seu corpo flácido. Caminhava lentamente. Pés descalços rastejantes. Sussurrava alguma coisa. Abram caminho. Curvem-se diante do rei. Quase inaudível. Quase elástico. As cobras e os lobos abriam espaço. Ursos e gatos pareciam até se curvar. E o homem passava. Em sua mão, apenas a réplica de um cetro enferrujado.

Especialistas da extinta humanidade jamais seriam capazes de prever algo assim, mas tornou-se realidade: estudante de filosofia torna-se rei do planeta Terra.

(Juliano Martinz. *Crônicas Corrosivas*. Em: março de 2025.)

Questão 06

O título “O último homem do planeta terra” sugere um enredo que aborda:

- A) Uma crítica social aos hábitos destrutivos da sociedade moderna.
- B) Um relato científico sobre as possíveis causas da extinção humana.
- C) Um cenário futurista onde um homem luta para preservar a humanidade.
- D) Uma reflexão filosófica sobre a solidão e o papel do ser humano no mundo.

Questão 07

No trecho “Seria um sonho? Evidentemente que não. Era o caos, tão somente isso. Ou mais do que isso.” (6º§), a expressão “tão somente” pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- A) Eventualmente.
- B) Provavelmente.
- C) Exclusivamente.
- D) Aleatoriamente.

Questão 08

Qual das palavras a seguir, extraídas do texto, apresenta um ditongo decrescente?

- A) Saída.
- B) Chiado.
- C) Reinado.
- D) Espalhado.

Questão 09

No trecho “A pior parte foram os objetos pessoais dos transeuntes.” (8º§), a palavra “pior” pode ser classificada como um:

- A) Advérbio, pois qualifica a intensidade da palavra “parte”.
- B) Adjetivo superlativo absoluto sintético, indicando uma característica em grau extremo.
- C) Adjetivo no grau comparativo de superioridade, relacionando-se implicitamente com outra parte.
- D) Adjetivo no grau superlativo absoluto analítico, indicando uma quantidade maior que todas as outras.

Questão 10

Sobre a estrutura da oração “A vegetação dominava as ruas.” (13º§), analise as afirmativas a seguir.

- I. “A vegetação” desempenha a função de sujeito agente da ação.
- II. O verbo “dominava” é transitivo direto e pede complemento sem preposição obrigatória.
- III. “As ruas” pode ser classificado como um objeto indireto, pois sofre a ação do verbo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Em renomada instituição de pesquisa ambiental, certo grupo de cientistas estava investigando um fenômeno natural que vinha causando impactos significativos em determinada região. Após meses de coleta de dados e análises, o líder da equipe, Eduardo, apresentou suas conclusões em uma reunião com outros pesquisadores. Sabe-se que apenas um de 4 fatores (A, B, C e D) é a causa possível do fenômeno. Ele fez, portanto, as seguintes afirmações:

- I. O fenômeno é causado pelo fator A.
- II. O fenômeno não é causado pelo fator B.
- III. O fenômeno é causado pelo fator C.
- IV. O fenômeno não é causado pelo fator D.

Sabendo que apenas uma das afirmações feitas por Eduardo é falsa e, conseqüentemente, as demais são verdadeiras, pode-se concluir, necessariamente, que o fenômeno:

- A) Não é causado pelo fator A.
- B) É causado pelo fator B.
- C) É causado pelo fator C.
- D) Não é causado pelo fator D.

Questão 12

Em determinada terça-feira, Pedro visitou um nutricionista para iniciar um programa de acompanhamento alimentar personalizado. Após uma avaliação detalhada, o nutricionista recomendou que Pedro tomasse um suplemento alimentar, diariamente, durante o período de 450 dias. Pedro começou a tomar o suplemento no dia seguinte e conseguiu finalizar o tratamento em uma sexta-feira. Com base nessas informações, qual a quantidade mínima de dias que Pedro NÃO tomou o suplemento?

- A) 0.
- B) 1.
- C) 2.
- D) 3.

Questão 13

A gerente de determinada loja possui 495 peças de roupas que precisam ser organizadas nas prateleiras por suas três funcionárias (Ana, Bia e Carla). Cada peça será organizada exclusivamente por uma única funcionária, e a distribuição das peças entre elas será feita de forma diretamente proporcional ao tempo de experiência de cada uma na loja. O tempo de experiência de Bia na loja é 2,5 vezes o tempo de experiência de Ana, que, por sua vez, possui metade do tempo de experiência de Carla. Quantas peças de roupa foram organizadas por Bia?

- A) 175.
- B) 200.
- C) 225.
- D) 250.

Questão 14

Sabe-se que Jorge decidiu utilizar a quantia de X reais para realizar operações envolvendo criptomoedas. Ele realizou cinco operações de compra em diferentes momentos do dia. Em cada operação, investiu $\frac{3}{4}$ do valor que ainda tinha disponível. Após essas cinco operações, Jorge usou R\$ 24,00 para pagar uma taxa de saque. Sabendo que esses foram os únicos valores movimentados por Jorge e que ele utilizou toda a quantia inicial, qual o valor de X?

- A) R\$ 24.576,00.
- B) R\$ 28.854,00.
- C) R\$ 32.768,00.
- D) R\$ 36.922,00.

Questão 15

Em uma escola, 124 alunos participam de pelo menos uma das seguintes atividades extracurriculares: teatro, música e dança. Dentre esses alunos, 98 participam de teatro, 86 participam de música e 88 participam de dança. Com base nessas informações, qual é a quantidade mínima de alunos que participam das três atividades mencionadas?

- A) 0.
- B) 12.
- C) 24.
- D) 86.

CONHECIMENTOS DE DIREITO E LEGISLAÇÃO

Questão 16

O Congresso Nacional realizou uma sessão solene para debater temas essenciais para a formulação de políticas públicas no Brasil. Durante o evento, parlamentares discutiram a importância dos princípios constitucionais na definição das diretrizes do Estado, abordando temas como democracia, soberania e direitos fundamentais. Diante dessa situação e com base na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) A cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- B) O pluralismo político é um princípio que rege as relações internacionais do Brasil, sendo fundamental para a condução da política externa do país.
- C) A dignidade da pessoa humana é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme previsto expressamente na Constituição Federal.
- D) A Constituição Federal não reconhece a soberania como fundamento da República, pois o Brasil adota um modelo de Estado baseado exclusivamente na interdependência global.

Questão 17

O capitão Marcos, militar do Exército Brasileiro, foi condenado e está cumprindo pena em um presídio militar. Durante a execução da pena, ele solicitou à direção da unidade a visita de um líder religioso de sua confiança para receber assistência espiritual. No entanto, o pedido foi negado sob o argumento de que a presença de religiosos compromete a disciplina e a hierarquia do estabelecimento prisional militar. Considerando a situação hipotética e de acordo com a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) O direito à assistência religiosa somente é garantido em entidades de internação individual, sejam militares ou civis.
- B) A assistência religiosa somente é assegurada em hospitais públicos e instituições militares, não se aplicando a estabelecimentos prisionais.
- C) A negativa de prestação de assistência religiosa configura a violação de direito fundamental, seja em entidades civis e militares de internação coletiva.
- D) A prestação de assistência religiosa em presídios militares depende de autorização do Ministério da Defesa, que pode limitar a presença de líderes religiosos no sistema prisional militar.

Questão 18

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o desmembramento de municípios ocorrerá:

- A) Por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerá de referendo, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual.
- B) Por lei municipal e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- C) Por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D) Por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Questão 19

Um cidadão em pleno gozo dos direitos políticos pretende formalizar uma acusação por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, alegando que ele atentou contra a Constituição Federal, no tocante à Lei Orçamentária. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- A) O Senado Federal realiza tanto o juízo de admissibilidade quanto o julgamento do *impeachment* do Presidente da República.
- B) O Supremo Tribunal Federal realiza tanto o juízo de admissibilidade quanto o julgamento do *impeachment* do Presidente da República.
- C) A Câmara dos Deputados realiza o juízo de admissibilidade, e o julgamento é conduzido pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente do crime cometido.
- D) A Câmara dos Deputados realiza o juízo de admissibilidade, e o Senado Federal julga o *impeachment* do Presidente da República nos casos de crime de responsabilidade.

Questão 20

Sobre as autarquias, assinale a afirmativa correta.

- A) Estão subordinadas hierarquicamente à administração pública direta.
- B) Compõem a administração indireta e podem explorar atividades econômicas.
- C) Os bens pertencentes às autarquias são revestidos dos atributos da impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade.
- D) São pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com totalidade de capital público e regime organizacional livre.

Questão 21

Levi (Prefeito) e Luísa (Vice-Prefeita) combinaram de fraudar uma licitação para que ela fosse vencida pela empresa Alfa. Em troca, a sócia da empresa, Raquel, iria pagar uma vantagem indevida aos dois agentes públicos. O Ministério Público descobriu o conluio e ajuizou ação de improbidade administrativa contra os três. O juiz julgou procedente a pretensão sancionatória, condenando os réus às seguintes sanções, previstas no art. 12, da Lei nº 8.429/1992: perda da função pública; suspensão de direitos políticos; multa civil; e proibição de contratar com a Administração Pública ou receber benefícios fiscais ou creditícios. Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta à luz da legislação e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- A) O processo e o julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade impedem sua responsabilização por atos de improbidade administrativa.
- B) Não é possível a aplicação da sanção de “suspensão dos direitos políticos” aos particulares que tenham praticado o ato ímprobo em conjunto com o agente público.
- C) Nos casos de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o pagamento de multa civil pode ser fixado em até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- D) É possível a aplicação da sanção de proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios aos agentes públicos mesmo que eles não exerçam atividade empresarial.

Questão 22

O município de Vitória decretou situação de calamidade pública após uma enchente devastadora. Para a reconstrução emergencial de pontes e rodovias, foi contratada, sem licitação, a empresa Construtora Beta, nos termos do inciso VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. Passado um ano e, ainda, sem finalização das obras, a prefeitura pretendia renovar a contratação direta da mesma empresa, alegando que a situação emergencial persistia. Diante desse cenário e, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) O município pode prorrogar a contratação emergencial por tempo indeterminado, desde que a obra não tenha sido finalizada.
- B) A vedação à reconstrução não se aplica a municípios que estejam em estado de calamidade pública reconhecido por órgãos federais.
- C) É vedada a reconstrução em qualquer hipótese, impedindo a empresa de ser contratada novamente pelo município, ainda que por outra modalidade de contratação.
- D) A empresa Construtora Beta poderá ser contratada novamente, desde que a nova contratação seja justificada por uma nova emergência ou calamidade pública e respeite os requisitos da Lei nº 14.133/2021.

Questão 23

À luz da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) A edição de atos de caráter normativo pode ser sujeita à delegação.
- B) A administração pode anular atos administrativos por conveniência e revogar por ilegalidade, com base nos princípios de eficiência.
- C) Inexistindo competência legal específica, o princípio da eficiência estabelece que o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- D) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Questão 24

A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e, em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como, EXCETO:

- A) Secreta.
- B) Sigilosa.
- C) Reservada.
- D) Ultrassegreda.

Questão 25

A Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, em seu artigo 1º, “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”. Para fins da LGPD, é(são) considerado(s) dado(s) pessoal(is) sensível(is):

- A) A informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- B) Os dados pessoais sobre convicção religiosa, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso.
- C) O conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- D) Os dados relativos a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 26

O município de Santa Clara declarou como utilidade pública determinado terreno particular para a construção de uma escola pública, visando atender à crescente demanda educacional na região. O proprietário do terreno foi notificado da desapropriação e o Município ofereceu como indenização títulos da dívida pública, argumentando que o valor seria pago em parcelas ao longo de cinco anos, devido à indisponibilidade de recursos no orçamento. Sendo assim, em virtude de atender ao interesse coletivo, o particular não poderia se opor, considerando o princípio da supremacia do interesse público. Inconformado, o proprietário ajuizou ação alegando ilegalidade na forma de indenização. Diante da situação hipotética e considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) O pagamento parcelado é permitido quando se trata de utilidade pública, desde que o prazo não exceda cinco anos.
- B) A indenização em títulos da dívida pública é válida, pois a necessidade de utilidade pública justifica o pagamento parcelado.
- C) A indenização deve ser justa e prévia, mas o pagamento pode ser realizado em títulos públicos, desde que haja previsão legal específica.
- D) A indenização é inválida, pois a Constituição Federal exige que seja justa, prévia e em dinheiro, salvo exceções expressamente previstas na Constituição.

Questão 27

Durante um grande incêndio florestal que ameaçava áreas residenciais, a Defesa Civil precisou utilizar caminhões-pipa pertencentes a uma empresa privada para conter as chamas, pois os recursos públicos disponíveis eram insuficientes para controlar a situação. O proprietário dos veículos não consentiu com a utilização, mas a autoridade responsável ordenou o uso emergencial dos bens para evitar uma tragédia maior. Após o controle do incêndio, os caminhões sofreram avarias significativas. Com base no art. 5º, inciso XXV, da Constituição Federal, considerando a legalidade da medida adotada pela autoridade pública, bem como a questão da indenização ao proprietário, assinale a afirmativa correta.

- A) A medida foi ilegal, pois a propriedade privada é um direito absoluto, e o uso forçado sem consentimento caracteriza violação à posse.
- B) O uso foi ilegal, pois, mesmo diante de perigo público, a autoridade deveria obter autorização judicial antes de utilizar bens privados.
- C) A medida foi legal, pois a Constituição permite o uso de bens privados em casos de iminente perigo público, garantindo ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- D) O proprietário não tem direito à indenização, pois a ação estatal foi motivada pelo interesse público, e o sacrifício da propriedade privada se justifica pelo bem coletivo.

Questão 28

Determinada Associação de Consumidores ajuizou ação coletiva contra uma empresa de telefonia, alegando práticas abusivas na cobrança de tarifas. Na petição inicial, a Associação afirmou que representava todos os consumidores afetados, buscando a restituição dos valores pagos indevidamente. No entanto, não apresentou procurações nem comprovantes de autorização expressa dos consumidores para atuar em nome deles. Diante da situação hipotética e considerando a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) A Associação pode representar seus filiados judicialmente sem autorização expressa, desde que o estatuto preveja essa possibilidade.
- B) A Associação só tem legitimidade para representar os filiados que expressamente a autorizaram, devendo comprovar essa autorização nos autos.
- C) A Associação possui legitimidade para representar todos os consumidores, independentemente de autorização expressa, por se tratar de direito coletivo.
- D) A legitimidade da Associação é automática para defender interesses individuais homogêneos, independentemente de autorização expressa ou comprovação nos autos.

Questão 29

Dentre os objetivos da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observa-se a necessidade de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, bem como assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição. Assim, no tocante ao processo licitatório, analise as afirmativas a seguir.

- I. No processo licitatório, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação, embora gerem a invalidação do processo.
- II. No processo licitatório, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- III. Os atos do processo licitatório serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 30

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca da responsabilidade extracontratual do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo, sendo ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.
- II. Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando forem de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- III. Em razão de sua autonomia, o Estado não responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 31

Os consórcios públicos são importantes instrumentos de cooperação federativa, visando aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população. Acerca dos consórcios públicos e sua regulamentação pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, assinale a afirmativa correta.

- A) Os estatutos do consórcio público de direito público produzirão seus efeitos mediante sua assinatura por cada ente consorciado.
- B) O consórcio público sempre estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- C) Os consórcios públicos, ainda que revestidos de personalidade jurídica de direito privado, observarão as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas.
- D) O consórcio público, caso constituído sob a forma de entidade de direito privado sem fins lucrativos, ou mediante previsão em contrato de programa, poderá promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

Questão 32

Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) firmou parceria com o governo visando desenvolver um projeto de inclusão digital em comunidades carentes. Posteriormente, o Estado também firmou contrato de gestão com uma Organização Social (OS) visando auxiliar na gestão hospitalar. Essas formas de parceria com o terceiro setor geraram a atenção de muitos gestores sobre o assunto. Desse modo, no tocante ao regime jurídico das OSs e das OSCIPs, regidas pelas Leis nº 9.637/1998 e 9.790/1999, assinale a afirmativa correta.

- A) A constituição de um conselho fiscal é requisito específico para que as entidades privadas possam se qualificar como OS.
- B) Podem ser qualificadas como OSCIPs pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, tais como fundações públicas e cooperativas.
- C) A outorga da qualificação das OSCIPs é ato de natureza discricionária, sujeito à avaliação de conveniência e oportunidade do Ministério da Justiça.
- D) O Poder Executivo pode desqualificar uma entidade como OS, quando constatado o descumprimento das disposições do contrato de gestão, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Questão 33

Ana e Bruno ajuizaram, conjuntamente, uma ação de indenização por danos materiais contra uma construtora, devido a vícios estruturais em um imóvel recém-adquirido. O juiz proferiu sentença julgando parcialmente procedente o pedido, condenando a construtora ao pagamento de indenização apenas a Ana, sob o fundamento de que Bruno não apresentou provas suficientes do prejuízo. Bruno, inconformado, pretende recorrer da decisão. No entanto, antes de interpor seu recurso, ele percebe que a sentença não analisou um argumento fundamental de sua defesa, configurando uma omissão relevante. Já Ana, satisfeita com a decisão que lhe favoreceu, não pretende recorrer. Diante dessa situação, Bruno deseja tomar as medidas cabíveis para corrigir a omissão e garantir sua possibilidade de recorrer. Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do Código de Processo Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) Bruno não pode opor embargos de declaração, pois, uma vez que Ana não pretende recorrer, ele deve diretamente interpor recurso de apelação, sob pena de preclusão.
- B) Os embargos de declaração opostos por Bruno interrompem o prazo para a apelação tanto para ele quanto para Ana, ainda que ela esteja satisfeita com a decisão e não tenha interesse em recorrer.
- C) Os embargos de declaração opostos por Bruno interrompem o prazo para a apelação apenas para ele, sem impactar Ana, que pode optar por interpor seu recurso independentemente da manifestação de Bruno.
- D) Bruno deve opor embargos de declaração para suprir a omissão na sentença, interrompendo o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas essa interrupção não afeta Ana, que poderá executar a decisão normalmente, inclusive se a construtora interpor apelação.

Questão 34

Solange ajuizou uma ação de obrigação de fazer contra uma empresa de planos de saúde, visando obter autorização para a realização de um procedimento cirúrgico de urgência. Diante da gravidade da situação e da necessidade imediata da cirurgia, Solange requereu a concessão de tutela provisória de urgência antecipada. O juiz, ao analisar o pedido, verificou que estavam presentes a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano irreparável, mas constatou que a medida antecipatória poderia resultar na irreversibilidade dos efeitos da decisão. Considerando a situação hipotética apresentada e, com base no Ordenamento Jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz deve conceder a tutela provisória de urgência antecipada, pois estão presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano, independentemente da irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- B) A tutela provisória de urgência antecipada não deve ser concedida se houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, mesmo que presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano.
- C) O juiz pode conceder a tutela provisória de urgência antecipada, mediante a parte beneficiária prestar caução para compensar eventuais danos causados pela irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- D) A irreversibilidade dos efeitos da decisão não impede a obrigatoriedade da concessão da tutela provisória de urgência antecipada, sendo obrigatório ao juiz determinar medidas que garantam a reversibilidade futura.

Questão 35

Carlos, microempresário, ajuizou ação contra o Estado perante o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFAZ), buscando a restituição de tributo pago indevidamente. O valor do pedido foi de R\$ 40.000,00, quantia que, segundo ele, está dentro do limite de competência do juizado. Diante do caráter técnico da questão tributária, o magistrado determinou, no curso do processo, a realização de uma perícia contábil, porém, não complexa. O Estado, ao ser citado, apresentou contestação e requereu a realização de prova testemunhal, além de solicitar a remessa do feito à Vara da Fazenda Pública, alegando que o caso demandava ampla dilação probatória. Diante desse contexto, considerando as normas aplicáveis aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O magistrado deve remeter o feito à Vara da Fazenda Pública, pois a necessidade de perícia contábil, por si só, inviabiliza a tramitação no Juizado Especial da Fazenda Pública.
- B) O magistrado deve extinguir o processo sem resolução do mérito, pois a Fazenda Pública tem prerrogativa de sempre optar pelo rito ordinário quando envolvida em ações tributárias.
- C) O pedido de Carlos deve ser processado no Juizado Especial da Fazenda Pública, pois a competência é fixada pelo valor da causa, independentemente da complexidade da matéria discutida.
- D) O juiz poderá determinar a realização da perícia e manter o feito no Juizado Especial da Fazenda Pública, pois a prova técnica não era complexa, não havendo necessidade de ampla dilação probatória.

Questão 36

Pretendendo contratar pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial com a disponibilização de mão de obra, o Presidente da Câmara Municipal de Mariana solicitou parecer sobre a responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais gerados pelo eventual inadimplemento da empresa prestadora de serviço. Sobre a responsabilidade da Câmara Municipal de Mariana pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais em caso de inadimplência do contratado na situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Câmara Municipal de Mariana responderá subsidiariamente pelos encargos fiscais, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- B) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Câmara Municipal de Mariana responderá subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- C) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Câmara Municipal de Mariana responderá solidariamente pelos encargos previdenciários, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- D) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados da empresa contratada para a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial não transfere, automaticamente, à Câmara Municipal de Mariana a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.

Questão 37

De acordo com a Constituição Federal, o servidor público municipal abrangido por Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) adquire direito à aposentadoria voluntária na:

- A) Idade mínima e no tempo de contribuição previstos para o Regime Geral de Previdência Social, conforme previsto na Constituição Federal e em lei complementar federal.
- B) Idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas Municipais, com tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos na Constituição Federal.
- C) Idade mínima e no tempo de contribuição previstos na Constituição Federal e em suas respectivas emendas constitucionais, observados os demais requisitos estabelecidos em lei complementar municipal.
- D) Idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas Municipais, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar municipal.

Questão 38

João doou um imóvel a Maria, estipulando que a doação teria eficácia apenas se Maria se casasse com Pedro. Maria e Pedro se casaram, e Maria passou a ser proprietária do imóvel. Posteriormente, um terceiro reivindicou judicialmente a propriedade do imóvel, alegando ser o legítimo proprietário, e obteve êxito na demanda, resultando na perda do bem por Maria. Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições legais pertinentes, assinale a afirmativa correta.

- A) João não é responsável pela evicção, pois a condição imposta nesta doação já foi cumprida.
- B) João não é responsável pela evicção, por ser, essa doação, um contrato gratuito que não prevê a responsabilidade pela evicção.
- C) João é responsável pela evicção apenas se Maria comprovar que ele tinha conhecimento do risco de reivindicação por terceiros e agiu de má-fé.
- D) João é responsável pela evicção, salvo se houver cláusula expressa no contrato de doação que o exonere dessa responsabilidade e Maria tenha tido conhecimento e tenha assumido o risco da evicção.

Questão 39

Determinado município do interior do estado de Minas Gerais enfrenta uma crescente demanda por serviços de saúde. O único hospital municipal existente opera acima de sua capacidade máxima, com longas filas de espera para consultas, exames e internações. Visando solucionar essa questão e melhorar a qualidade de vida da população, o município planeja realizar um empréstimo para financiar a ampliação e a modernização do hospital municipal. Acerca das operações de crédito sob a ótica da Lei Complementar nº 101/2000 e as disposições constitucionais sobre o assunto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A contratação de operação de crédito é medida extraordinária e não pode fazer parte da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- B) Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.
- C) É proibida, em regra, a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- D) A operação de crédito é definida como o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Questão 40

Um advogado da Câmara Municipal foi consultado sobre a possibilidade de um município parcelar seus precatórios alimentares, considerando a Emenda Constitucional nº 62 e as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 94. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) O município pode parcelar precatórios alimentares em até sessenta meses, independentemente da autorização do credor.
- B) A Emenda Constitucional nº 62 revogou a possibilidade de parcelamento de precatórios, tornando obrigatória a quitação em uma única parcela.
- C) A Emenda Constitucional nº 94 permite que precatórios alimentares sejam parcelados em até vinte e quatro meses, desde que haja acordo entre as partes.
- D) Os precatórios alimentares têm prioridade no pagamento e não podem, em regra, ser parcelados, devendo ser pagos integralmente até o final do exercício financeiro, observadas a ordem de apresentação e as limitações orçamentárias.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de um parecer jurídico, que será avaliado em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de trinta linhas e máxima de sessenta linhas; deverá atender aos números mínimos de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para os textos com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	25 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Almir exerceu o cargo de prefeito do município Beta, situado em um estado brasileiro. Durante a análise das contas anuais desse gestor, o Tribunal de Contas identificou possíveis irregularidades na execução de um convênio firmado entre o município e o Estado-membro, razão pela qual instaurou um procedimento de tomada de contas especial para apuração.

Ao final desse procedimento, a Corte de Contas constatou que, embora a verba tenha sido incorporada ao ente municipal, parte das obrigações do convênio não foi cumprida, resultando em prejuízos ao município. Diante desse cenário, sem prévia apreciação da Câmara Municipal, o Tribunal de Contas imputou a Almir, como ordenador de despesas, o débito de R\$ 20 mil em razão da inexecução parcial do convênio, além de aplicar multa de R\$ 5 mil pelas irregularidades constatadas na execução, que causaram danos ao erário.

Com base nessa decisão, o Estado-membro ajuizou ação de execução para cobrar os valores determinados pelo Tribunal de Contas. Paralelamente, o líder do governo na Câmara Municipal protocolou requerimento à Presidência questionando a constitucionalidade do julgamento dos atos praticados por prefeitos municipais pelo Tribunal de Contas, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que atribui exclusivamente à Câmara Municipal o julgamento das contas anuais do prefeito. Além disso, indagou sobre a eficácia executiva do acórdão e a legitimidade do Estado-membro para promover a cobrança.

Diante dessas discussões, a Presidência da Câmara solicitou à Procuradoria um parecer jurídico sobre os aspectos legais e jurisprudenciais envolvidos.

Na condição de advogado da Câmara Municipal do município Beta, considerando a situação hipotética apresentada e consoante a jurisprudência do STF e a Constituição Federal, redija parecer acerca dos seguintes aspectos:

1. Constitucionalidade do julgamento pelo Tribunal de Contas acerca dos atos praticados por prefeitos municipais;
2. Eficácia executiva do acórdão do Tribunal de Contas; e
3. Legitimidade para a execução de crédito decorrente de imputação de débito e multa.

Observações adicionais:

1. Ao elaborar o parecer, inclua cabeçalho com seus elementos identificadores essenciais;
2. Dispense ementa e relatório;
3. Não insira fatos novos;
4. Inclua tópico final apresentando todas as conclusões do parecer; e
5. Não utilize elementos identificadores, sob pena de anulação da prova.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/MG

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	



CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/MG

33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de três horas para todos os cargos de nível técnico e médio e quatro horas para todos os cargos de nível superior. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver.
5. O caderno de provas é composto por quarenta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver, devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir dos noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.